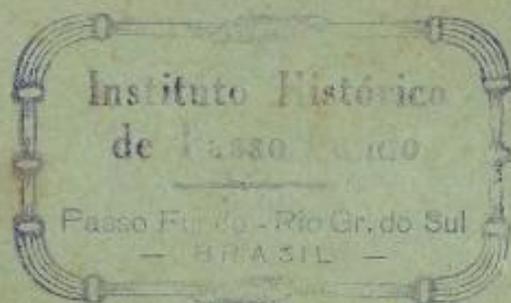


Francisco Antonino Xavier e Oliveira



# REMEMORAÇÕES DO NOSSO PASSADO

Trabalho apresentado no concurso de história local aberto em cumprimento da lei n.º 70, de 16 de Dezembro de 1948, decretada pelo Poder Legislativo do Município.

Mandado imprimir pela Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Wolmar Salton, em comemoração do ano do centenário do Município.



Francisco Antonino Xavier e Oliveira

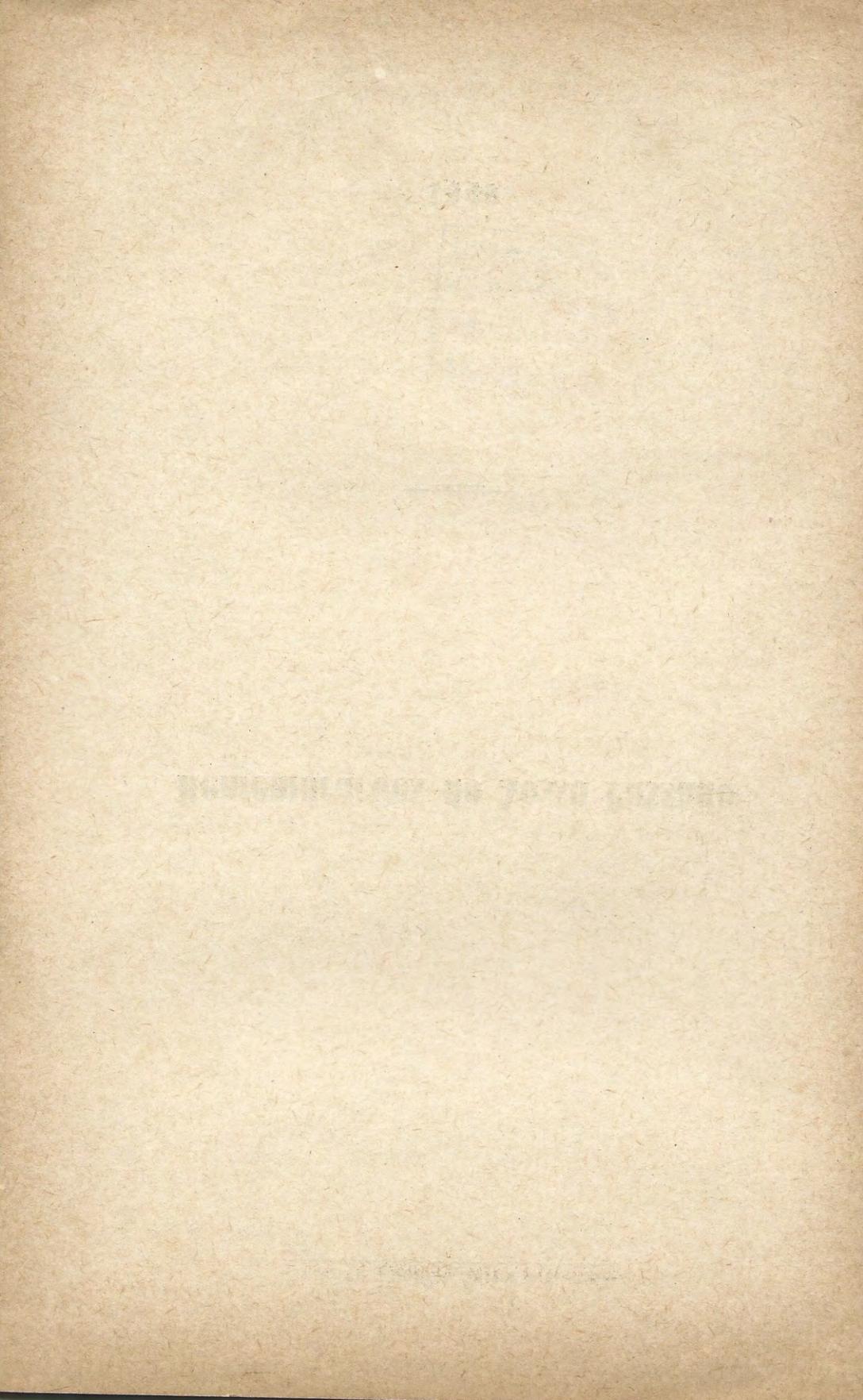
## Rememorações do Nosso Passado

---

FACULDADE DE FILOSOFIA	
BIBLIOTECA SANTO AGOSTINHO	
N.º de Reg.	98
Data:	28/10/1966

1949

no 207



**Passo Fundo na Abolição**





**Dr. Cândido Lopes  
de Oliveira**





**António Ferreira Prestes  
Guimarães**



## I

Esta colaboração teria sido mais oportuna ontem, porque era o dia consagrado à comemoração da Lei Aurea que extinguiu o último reduto da escravidão na América.

Não obstante, poderá hoje surtir o mesmo efeito, e talvez em melhores condições, dado o surgir fóra dessa psicologia especial que as grandes datas do calendário cívico abrem na mentalidade dos povos.

Hoje, pois, com mais precisão poderá o tema ser encarado em toda a sua urdidura, e portanto, de modo a deixar mais claro o papel, que me proponho estudar, destas plagas na inolvidável cruzada, que, erguendo alterosas vagas na opinião liberal da Pátria, levou a princesa d. Isabel, aí regente do Império, a promulgar a imortal resolução da Assembleia Geral que tão brilhante conquista vinha a realizar.

De que a causa determinante do 13 de Maio foi essa, é prova robusta o movimento notável e decisivo que a causa da abolição dos cativos despertou aqui, e mercê do qual podemos, hoje, dizer que a Lei Aurea encontrou o Município já libertado da mancha do cativo, pois que da massa escrava que nele houvera, só restavam então os cativos que, pertencentes a órfãos, interditos e ausentes, por isso não tinham podido ser atingidos pela rajada liberal que sacudira o civismo da terra em favor da grande obra nacional da redenção do infeliz elemento atingido pela servidão.

Melhor que palavras, porém, falam dentro da necrópole que é o passado, incitando o dia de hoje a análogos gestos e atitudes, os factos que entram a ser relembrados.

Foi primeiro marco da epopeia abolicionista em Passo Fundo, e sem dúvida altamente glorioso não só pelo seu alcance e resultados, como, ainda, por ser plantado antes mesmo da própria lei do Ventre Livre, a fundação da sociedade que visava a emancipação de crianças do sexo feminino, ocorrida a 13 de Agosto de 1871 com a presença de numerosa e selecta assembleia, e na qual se destacaram o dr. Cândido Lopes de Oliveira e o major António Ferreira Prestes Guimarães, aquele no carácter de presidente e expositor do nobre fim colimado, e este, no de secretário e decidido paladino do movimento.

Em "Annaes do Município de Passo Fundo", vol. I (1), se pode ver quão bela foi essa obra inicial, em cuja acta e como primeiro fruto concreto dela, quatro dos presentes subscreviam concedendo a liberdade, cada um deles, a uma escrava.

Alvorecer radiante de uma jornada que viria enobrecer o civismo da terra, pois que colocava acima do interesse particular o sentimento de humanidade e o desejo de concorrer para que a Pátria pudesse nivelar seus filhos, aperfeiçoando suas instituições pela igualdade deles, decerto que a bandeira, assim desfraldada, sacudida por uma propaganda tenaz pelos batalhadores que a sustentavam, não poderia deixar

(1) Do autor deste trabalho.

de constituir alicerce o mais sólido para um resultado condigno do patriotismo que nela se patenteava tão exuberantemente.

O tema, porém, não é de molde a ser esgotado em um só artigo, razão pela qual será continuado noutros.

## II

A sociedade abolicionista a cujo aparecimento alude o precedente artigo, deixara assentado, na sua fundação, que anualmente, no dia próprio, comemoraria a Independência Nacional com uma festa em que, à custa dos fundos sociais, fossem libertadas crianças no seu programa compreendidas.

Por um folheto que meses depois vulgarizava dando conta de seus trabalhos, se vê que tal festa foi, de facto, realizada naquele ano de 1871 e com auspicioso resultado, pois — di-lo a mesma publicação — “atestou de maneira condigna os sentimentos generosos desta pequena fracção da grande família brasileira”.

E' que, em menos de três semanas, o seu glorioso esforço conseguira remir seis crianças, além de quatro adultas, que deveriam ser as mesmas já mencionadas no artigo anterior.

De então em diante abre-se um hiato na tradição escrita da sociedade em aprêço, não se sabendo se por falta ou desaparecimento de registo, ou adormecimento em que porventura tivesse ela caído.

Fosse como fosse, porém, não se esterilizou no solo do Município a semente fecunda desse primeiro movimento; de vez que em 1872 a Câmara Municipal, da qual era vereador o dr. Cândido Lopes de Oliveira que, como ficou dito no artigo anterior, fora eleito presidente dele, propunha à Assembleia Legislativa Provincial a formação de um fundo de emancipação das crianças escravas; e percorrendo-se o arquivo da mesma edilidade conterrânea, se pode ver que a aspiração libertadora dos escravos, como que cristalizada já na consciência da terra, frequentemente se manifestava nas preocupações de sua vereação.

Era natural, pois, que viesse a tomar a feição avassaladora que teve em 1884 e de que era reflexo vigoroso a moção que aí, apresentada pelo major António Ferreira Prestes Guimarães — outro expoente da sociedade de 1871, eleito vereador em 1882 — a Câmara Municipal, em sessão de 3 de Setembro, por unanimidade votava e na qual, em resumo, satisfeita com o movimento abolicionista que se operava na Província, e aqui despertara já com grande entusiasmo e brilhante resultado, promovendo activamente a redenção dos cativos, sem abalos, violências, nem vexames, ao ponto de fraternizar o povo na execução do pensamento generoso e patriótico de libertar a Vila até o dia 28 de Setembro, — resolvia, a exemplo de Porto Alegre, criar um **livro de ouro**, nas páginas do qual fossem transcritas as actas da assembleia popular voluntariamente incumbida do magno tentame; livro esse que serviria também para a inscrição dos nomes das pessoas beneméritas que, na Vila, até o referido dia, e fora dela, na Comarca, até o último do ano, sem ónus algum ou mediante prazo razoável, para a emancipação concorressem libertando seus escravos.

## III

No curto prazo que a moção aludida no artigo anterior estabelecera para a inscrição dos que na Vila remissem escravos, tão brilhantes foram os esforços da campanha desenvolvida para tal, que no últi-

mo dia dele, 28 de Setembro, a Câmara Municipal, em sessão solene, proclamava a liberdade de 300 cativos, acontecimento em acção de graças ao qual, em seguida, era realizado na Matriz da localidade um **Te-Deum**, e o dia, assinalado também com entusiásticos festejos populares.

Nos já citados “Annaes do Município de Passo Fundo” é descrita, em resumo, a inflamada campanha desses dias, na qual o ardor de seus paladinos chegara ao ponto de, em alguns casos, felizmente raros, abrir colectas que rapidamente se completavam, para indemnizar senhores que, inacessíveis aos apelos redentores, por esse modo eram coagidos à alforria de escravos.

E’ lastimavel que não seja possível, por falta de dados completos a menção nominal de tão devotados batalhadores; mas procurarei terminar as pesquisas que já tenho a respeito e, concluidas que sejam, dá-la-ei para que da Posteridade recebam eles os louros que assim conquistaram.

Quanto a Câmara que votou a moção impulsicante do grandioso resultado exposto e com o qual, como consta de officio posterior, abaixo resumido, haviam sido proclamadas livres a vila de Passo Fundo e a freguezia de Nossa Senhora da Luz de Nonoai (2), estava, na ocasião, composta dos vereadores major António Ferreira Prestes Guimarães, presidente, autor da mesma moção; capitão Amâncio de Oliveira Cardozo, capitão Salvador Alves dos Santos Rabello, tenente João Jacob Müller Filho e capitão José Pinto de Moraes.

Em sessão de 11 de Outubro do dito ano de 1884 a mesma Câmara, levando adiante a obra benemérita em que tão eficazmente se alistara, resolvia nomear comissões que nos distritos pleitassem o prosseguimento dela, o que foi feito pelo modo seguinte: — 1.º distrito — Padre Tomás de Souza Ramos, Jorge Schell e Jerónimo Savinhone Marques. 2.º distrito — Joaquim António de Mattos, Ildelfonso José de Oliveira e tenente Porfirio José Duarte. 3.º distrito — Coronel Francisco de Barros Miranda, capitão José Rodrigues Nunes e José Francisco da Silva Boeira. 4.º distrito (Carazinho) — António Ribeiro de Sant’Anna Vargas, capitão João Luis dos Santos, Firmiano Pereira de Quadros e tenente Braz Ferreira Martins. 5.º distrito — Não consta. 6.º distrito — Joaquim António Portella de Menezes, Eliziário Prestes e Manuel Tomás dos Santos Vaz.

Por officio de 13 do mesmo mês, dirigido a cada um desses nomeados, o presidente da Câmara, dando-lhes ciência da investidura e da marcha brilhante que ia tendo a campanha, em ardorosa linguagem os concitava a que se empenhassem para que, a 2 de Dezembro daquele ano, data natalícia do Imperador, totalmente realizada estivesse a libertação do Município.

#### IV

A 11 de Dezembro de 1884 a edilidade em telegrama ao presidente da Província, por este modo transmitia o resultado da campanha encetada com a moção de 3 de Setembro do mesmo ano:

“No dia 2 do corrente, com mais 246 cartas de libertação, ficou emancipada a comarca, com excepção dos escravos de órfãos, interditos e ausentes. Esta Câmara exulta com V. Ex. por este faustoso acontecimento, que tanto nobilita o patriotismo popular”.

Com este novo contingente elevava-se portanto a 546 o número de libertações conseguidas no trimestre da derradeira batalha campal

do abolicionismo em Passo Fundo, mandando a verdade histórica, porém, seja esclarecida que a alforria assim operada compreendia também casos condicionais, consistentes na prestação de serviços por determinado tempo, os quais não podem hoje ser objecto de exame porque dados não restam para isso.

Em toda a extensão do campo que lhe era acessível, estava pois vencida aquela etapa imortal da abolição, mas tendo a barrá-la ainda, para poder superá-lo e de todo expungir do Município o cativo, o óbice que a situação jurídica dos órfãos, interditos e ausentes possuidores de escravos abria à libertação destes.

Por outro lado a possível introdução de cativos de fora criava outro problema a ser encarado e, por qualquer meio, removido.

Nada podendo fazer contra o primeiro, lançou a Câmara suas vistas ao segundo, resolvendo, em sessão de 7 de Junho de 1886, pedir à Assembleia Legislativa Provincial a criação do imposto de 200\$000 por escravo introduzido em seu território, exceptuados os que por successão hereditária coubessem a órfãos e interditos no mesmo residentes.

Justificando tal atitude, expunha a corporação municipal aludida, em relatório à mesma Assembleia, que a tomara para que se colhessem os frutos dos patrióticos serviços feitos por esta população em prol da causa da liberdade, e também por coadjuvar o movimento abolicionista que se operava nas municipalidades da Província, com especialidade na sua illustre co-irmã de Cruz Alta, que, por circular, a ela se dirigira convidando-a para aquele nobre fim; pelo que, associando-se à mesma, fazia votos para que a Assembleia abraçasse as medidas propostas no sentido de pôr termo a escravidão e que constavam de projecto incluso.

Do assim resumido transparece que outra ou outras sugestões teriam aí sido feitas, além da relativa àquela taxa, mas não consta qual ou quais teriam sido elas; obscuridade que leva a concluir se tratasse de projecto que, vindo da Câmara de Cruz Alta, fôsse anexado ao referente ao mesmo tributo.

Duas vezes, pois, neste sucinto histórico da epopeia abolicionista em nosso município, aparece a edibilidade cruzaltense, e em termos que, incontestavelmente, encarecem o seu papel nesses dias que o tempo não apagará, porque são elos da cadeia indestrutível que, desde o crepúsculo matinal da nacionalidade, o liberalismo brasileiro vem fundindo e para incessante avanço, pois que, emanação do Progresso, como este atua ele no ilimitado, e portanto a cavaleiro de todas as reacções humanas.

Daí o não se poder evocar a glória de Passo Fundo em tal cruzada cívica, sem deixar em relevo também a desse vizinho município, que, assim, conosco se entrelaçou no mesmo ideal generoso, e para não menor brilho, de vez que os louros que então colheu têm para enaltecê-los o magnífico diploma constante do que a respeito informa, em sua "Notícia Descritiva da Região Missioneira", publicada em 1887, o meu saudoso confrade e amigo Evaristo Affonso de Castro.

\* \* \*

Para que preenchida seja lacuna havida no artigo I desta rememoração, e mais ampla se torne a referência então feita à sociedade abolicionista fundada em 1871, devem ser transcritos neste os nomes dos que subscreveram a acta inicial da mesma. Ei-los: — Cândido Lopes de Oliveira — António Ferreira Prestes Guimarães — Nicolau José

Gomes — Matheus Gomes Nogueira — Joaquim Gonçalves Gomide — Ludwig Morsch — Joaquim Dias Medeiros — Amâncio de Oliveira Cardozo — Ramon Rico — Cecilia Rico — Cícero Melquiades de Figueiredo — Francisca da Mata Figueiredo — Celina de Figueiredo — Zoraída de Figueiredo — Tacir de Figueiredo — Teophilo Rodrigues da Silva — Mathilde Teixeira de Moraes — Jorge Meister — Pantaleão Ferreira Prestes — Padre António da Rocha Pinto — José Francisco de Oliveira — José Pinto de Moraes — António José de Almeida Teto — António José da Silva Loureiro — Guilhermina Pedrina de Oliveira — João Müller — Francisco de Barros Miranda — António Ferreira de Albuquerque Netto — Bento Martins da Cunha — Manuel Francisco de Oliveira — Joaquim José de Andrade Pereira — Pedro Ferreira da Silva — Polycarpo Ferreira da Silva — Guilherme Block — João Severiano Marques da Cunha — Felicidade Maria Vieira Martins — Maria Luisa Gomes — Affonso Maria Vieira Martins — João Henrique Luiz Daerve — Francisco Teixeira Alves — João Teixeira Procópio — Cesário Antonio Lopes — Manuel Ferreira Carpes — Tibiriçá Tobias de Oliveira — Manuel José Gonçalves Ferreira Pedra — João Gabriel de Rezende — Leôncio Amando Ozana Rico — Adão Rico — Cantalício Rico — Carlos Gosch — C. V. Reutter — Jorge Sturm Filho — Rufino António da Silva — Mariano António de Assumpção — Manuel Nunes Vieira — Francisco de Paula Vieira — Anna Thereza Prestes. Os que, como consta do artigo I, subcreveram concedendo, cada um, a liberdade a uma escrava, foram Diogo José de Oliveira, Rufino António da Silva, d. Maria Joana Vieira e d. Anna Thereza Prestes.

Da gloriosa lista assim constituída restam no Município, que eu saiba, o sr. Adão Rico (2), residente em Campo do Meio e que, ao tempo, estaria ainda em tenros anos; e nesta cidade, à Avenida Brasil, n.º 1486, o sr. Jorge Meister, actualmente com 89 anos (3), que aqui viera domiciliar-se dois anos antes, em 1869. E' ele, pois, um testemunho vivo do acto que anticipava o sonho redentor que só 17 anos depois, ao sol de 13 de Maio, devia ser convertido em realidade no Brasil.

Visitei-o ontem, sendo recebido com a alegria própria da velha camaradagem que mantemos e tão proveitosa me há sido nesta seara da História, pelos subsídios importantes que tem-me proporcionado.

Arrastando aí o seu espírito para a longínqua data da reunião fundadora da referida sociedade, ainda uma vez me valeu com a sua lembrança fiel, informando-me que se realizara ela à noite, na casa da Câmara, então instalada no velho prédio, ao tempo, de propriedade do major Cesario António Lopes, à Rua do Comercio, hoje Avenida Brasil e que, modernamente, foi demolido para, em seu lugar, ser levantado o vasto e belo edificio do COLEGIO NOTRE DAME.

---

(2) Últimamente falecido nesta cidade.

(3) Idem.



A República em Passo Fundo

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

Na recente comemoração aqui feita, do evento que sagrara a data de 15 de Novembro como uma das maiores do calendário cívico brasileiro, pretendia eu, numa revista ao passado local, sumariamente empreendida, evocar o papel que o Município tivera na preparação histórica da imortal conquista rememorada, o modo como a recebera e, finalmente, os imediatos efeitos da mesma no seu cenário político.

Por duas razões estaria eu a isso obrigado moralmente, sendo a primeira a de que, pesquisador antigo da história da circunscrição e não podendo, como tal, ter sido indiferente a assunto de tanta importância, como esse, a mim, mais que a qualquer outro conterrâneo, caberia desenvolvê-lo em tão oportuna ocasião; mesmo porque — segunda razão — aqui morando desde 13 de Outubro de 1888, de certo que, embora menino ao tempo, deveria ter acompanhado a vida local e, neste caso, ser testemunha de algo do grande tema no período entre tal data e o momento em que, vitoriosa, a República entregaria os destinos de Passo Fundo ao Partido que a tinha propugnado na Monarquia.

Porque circunstância alheia à minha vontade me impedisse de fazer o mesmo trabalho na referida oportunidade, tive de adiá-lo e por isso dou-o agora, esclarecendo que se, porventura, qualquer inexactidão ou lacuna encerrar, grato serei aos que, notando-as, disso me derem conhecimento.

\* \* \*

A ideia política triunfante no país a 15 de Novembro de 1889 tinha profunda raiz no passado deste município, de vez que já na revolução de 1835 se patenteara conforme tradições que recolhi e constam de outros estudos que hei publicado (1), pelas quais se vê que no curso da mesma, por ser Farrapo, é prêso, conduzido a Porto Alegre e de lá enviado à fortaleza de Villegaignon, no Rio de Janeiro, o austero Fagundes (2), que depois, solto e regressando, ainda mais avoluma a sua influência, já remarcada na história do distrito (3), com o gesto de nobreza em que, tendo em suas mãos a vida do adversário que o denunciara dando causa a tal prisão, entretanto por este, aí aprisionado na Entrada do Mato Castelhana e trazido à sua presença, se empenha conseguindo seja restituído à liberdade (4); que Bernardo Paes de Proença, legalista influente no Pessegueiro, também preso, tem a libertá-lo a intercessão de Joaquina de tal, da parcialidade contrária e que por isso fica sendo cognominada Farrapa (5); e finalmente que,

- 
- (1) "Annaes do Município de Passo Fundo", vol. I, "Terra dos Pinheiros" e "Apostilas Geográficas".
  - (2) Joaquim Fagundes dos Reis.
  - (3) Citados "Annaes".
  - (4) Idem.
  - (5) Referência mais ampla em "Terra dos Pinheiros".

no desdobrar da luta na Província, pequenos grupos ter-se-iam reunido aqui (6), dentre os quais, necessariamente, algum ou alguns teriam de ser republicanos, visto que a opinião popular, ao tempo, se dividia entre os dois partidos em choque.

Além desses subsídios e outros, que igualmente poderiam corroborar o ponto, pela sua forma escrita e impressa deve ser mencionado o que fornece a coleção "d'O Povo", órgão oficial da malograda República Rio Grandense, consignando entre os elementos farroupilhas o, aí, já tenente Rodrigo Felix Martins, que era fazendeiro no Jacuizinho, então compreendido na área do distrito (7).

Sobrevindo a Paz, em que o desprendimento pessoal dos chefes da revolução põe nota fulgurante na história do imortal decênio, a política republicana, como era natural, entra em silêncio que aqui se prolongaria até que, ao recrudescer da sua propaganda no País, no último decênio das velhas instituições nacionais, despertaria de novo, incorporando o distrito, já então transformado em município importante, à sorte da cruzada que desfecharia no golpe decisivo da Proclamação.

Na fase nova aí aberta — informa a tradição do tempo — teria sido primeiro a declarar-se republicano Francisco Prestes, isto mais ou menos em 1880 ou 1881, pois que a 14 de Setembro do segundo desses anos, uma correspondência política daqui enviada ao jornal "O Conservador", de Porto Alegre e no mesmo inserida, a tal facto alude.

Acrescenta a mesma tradição, que, depois disso, em uma eleição, que não precisa qual fosse, nas urnas apareciam cinco votos republicanos, cuja procedência não esclarece também.

Investigando, porém, o desdobrar da etapa, se vem a saber que nela aparecem mais, como republicanos, na Vila, Manuel de Araujo Schell, Pedro Pereira dos Santos, Afonso Caetano de Souza, Fidêncio Pinheiro, Fernando Zimmermann, Irineu Lewis e José Savinhone Marques Sobrinho, todos eles, como acontecia também com Francisco Prestes, rapazes novos; e no 3.º distrito dizia sê-lo igualmente Lúcio Martins de Moraes, mas, ao que parece, em atitude isolada.

Do grupo assim constituído, pois, deveriam ter saído tais sufrágios, um dos quais — sei-o por informação do proprio votante — foi de Pedro Pereira dos Santos, que ainda vive, sendo morador na antiga Porteira dos Castelhanos, estrada do Marau, no 1.º distrito: sobrevivente este que fui ouvir e do qual obtive algumas informações sobre a longínqua obra republicana (8).

E' certo que na Vila, como na parte rural do Município aconteceria também, outras pessoas revelavam pendor para a causa; mas, militantes nos demais partidos do tempo, que eram o Liberal e o Conservador, apoio declarado lhe não poderiam dar.

Da primeira de tais correntes políticas era chefe António Ferreira Prestes Guimarães, e da segunda Gervásio Lucas Annes, ambos advogados e com assento na Assembleia Legislativa Provincial; sendo que, devido à dissidência que na primeira delas tinham aberto o dr. Cândido Lopes de Oliveira e outros membros do directório respectivo, que em seguida, excepção feita do mesmo doutor, que preferiu deixar a política, se haviam reunido aos Conservadores, — o ambiente partidário da quadra, como pelos jornais de então se pode ver, assaz aquecido era.

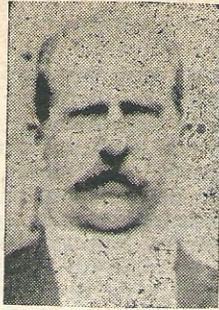
Em situação tal e dada a composição do grupo republicano com

---

(6) Citados "Annaes".

(7) Hoje município de Carazinho.

(8) Este informante faleceu ultimamente.



**Francisco Prestes**



**Manoel de Araujo Schell**



**Afonso Caetano de Souza**

elementos jovens e, portanto, sem influência política, claro a propaganda que fizesse ele perder-se-ia no fervor das paixões do momento.

Apesar disso, porém, e evidentemente para conduzi-la, fazia ele reuniões de que só resta vaga lembrança, mas essa mesma bastante para documentar a compreensão que tinham seus componentes da necessidade da coordenação de esforços na seara do ideal.

Realizavam-se as mesmas na casa do marceiro Augusto Reichmann, sita na Rua do Comércio, hoje Avenida Brasil, mais ou menos a meio da quadra fronteira ao Instituto Educacional, muito depois surgido e que ocupa a antiga Praça da Boa Vista.

Sem dúvida pelo modo como eram iluminadas, aliás muito usual ao tempo, foram, naturalmente por elementos infensos, ridicularizadas com o epíteto de "Clube do Toco de Vela", zombaria que, entretanto, não impediu que a sua claridade, mais de meio século depois, viesse iluminar esta resumida história da República em Passo Fundo.

Vista como cousa de rapazes, de certo que a acção assim desenvolvida em torno à causa republicana teria de ser também ridicularizada quando, como aconteceu por vezes, se reuniam na frente da ferraria de Tomás Canfield, situada próximo à casa de tais reuniões, na Praça referida, e lá, com assistência de algumas pessoas, que mais seriam curiosas ou, talvez, divertir-se quisessem, um ou alguns deles discursavam sobre a grande cruzada em marcha no País.

\* \* \*

Em fins de 1888 a situação política de Passo Fundo parecia traduzir que os partidos degladiantes, depois das grandes lutas desencadeadas por efeito da dissidência já aludida, estavam cançados: isto no campo da Monarquia, porque no da República não havia ainda partido organizado, e continuava ela na situação anterior, apenas alterada por silêncio que demonstrava ter caído em inactividade o grupo que a propugnava, ao qual não se fazia referência alguma.

Com a mudança de Francisco Prestes para outra localidade, facto ocorrido em Agosto de 1886, perdera o mesmo Partido o seu mais saliente elemento, não constando que novos adeptos se lhe tivessem reunido.

Fóra do seu círculo, porém, se notava um elemento novo na cruzada: o major honorário Lucas José de Araujo, depois reformado no posto immediato e que, pela sua posição social e conceito que tinha no Município, aquisição de real valor tinha sido.

Comerciante antigo no ponto mais central da Vila, sua casa, da qual, hoje, só resta o sobrado em ruínas que se vê na Rua Dr. Marcelino Ramos, esquina da Avenida Brasil (9), era ponto em que diariamente se formavam palestras, nas quais apareciam destacados elementos políticos da terra como, entre os liberais, o major António Ferreira Prestes Guimarães, vizinho contíguo, Jerónimo Savinhone Marques, capitão Joaquim Gonçalves Gomide, José Prestes Guimarães, capitão João de Vergueiro, Jorge Schell e outros; entre os conservadores, José Pinto de Moraes, Teófilo Rodrigues da Silva, major Manuel Teodoro da Rocha Ribeiro, Daniel Manuel de Araujo, Saturnino Vitor de Almeida Pillar, Gezerino Lucas Annes e outros, e do grupo republicano, Manuel de Araujo Schell.

Foi através dessas palestras, que recorda com indelével saudade,

(9) Tais ruínas foram demolidas, sendo construído no local o edifício do Círculo Operário.

que o autor do trabalho presente, sem que o percebesse então, reuniu grande parte das noções que hão concorrido para os seus labores históricos e também a este auxiliam preciosamente.

\* \* \*

A propaganda republicana assentava aí, principalmente, na "A Federação", de Porto Alegre, então em fase de extraordinário relevo e que, além do referido major Lucas, tinha outros assinantes na Vila.

Em 1889, não me recordando em que mês, veio fazer uma conferência sobre a ideologia o dr. Joaquim Pereira da Costa, depois deputado à Constituinte federal e que aí, em propaganda, excursionava na região.

Segundo vim a saber ultimamente, fora seu companheiro nessa jornada republicana José Lucas Dias, detalhe do qual então eu não tivera conhecimento.

A aludida conferência se realizou no prédio, depois reconstruído, que tem, hoje, os numeros 802 e 808, à Avenida Brasil, esquina da Rua Teixeira Soares.

## II

Com a queda, em Junho do mesmo ano (89), do Ministério conservador de que era chefe o conselheiro João Alfredo, e consequente ascensão do liberal que aí organiza o Visconde de Ouro Preto, os elementos daquele em Passo Fundo, não se conformando com substituição tal por entenderem que importava em despedida do mesmo pelo Trono, como protesto abandonam a política imperial, aderindo à República.

E' então que esta, assim favorecida, vê o seu pequeno grupo transformado em Partido, e já organizado para a luta, de vez que assenta na arregimentação trazida pelo aderente, ramificada no Município, e tem a norteá-la o próprio chefe da extinta corrente, Gervásio Lucas Annes, de envergadura para isso, dado o tirocínio que fizera nos embates que, desde 1881, haviam agitado a vida partidária local.

Deve, entretanto, ser esclarecido que o progresso de tal modo realizado pela causa, se era considerável, todavia bem longe estava de habilitá-la a pôr em cheque, nas urnas, o adversário monarquista que teria pela frente, cuja força eleitoral apresentava como índice a circunstância de ser o Município, desde velhos tempos, um dos seus maiores baluartes na Província.

Não admiraria, portanto, que a nova agremiação logo após, concorrendo à eleição geral de 31 de Agosto, que seria a última do Império, na mesma não fosse além da quarta parte da votação dada por aquele, conforme aconteceu.

Aparentemente, uma tal vitória liberal seria esmagadora; mas, se se considerasse o aumento numérico aí demonstrado pela corrente vencida, e que este fora realizado à custa da extinção de um dos tradicionais partidos monárquicos do Município, de concluir seria que o facto, ao contrário de causar satisfação, devera ter gerado certa inquietude no ânimo do vencedor.

\* \* \*

Examinada a composição da fileira republicana a esse tempo, se verificaria que, nela, a parte mais considerável proviera da dissidên-

cia liberal que se fundira com o Partido Conservador, cujo elemento próprio era diminuto ao ser feita essa fusão.

Dos próceres da mesma dissidência, porém, quatro faltavam: o dr. Cândido Lopes de Oliveira, cujo afastamento da política foi já consignado; o coronel Nicolau Falkemback e Tomás Pinto de Moraes, falecidos, e Jerónimo Fernandes de Oliveira, que do Município se mudara.

\* \* \*

Não é fácil, meio século depois, se reconstituir a lista dos participantes de uma cruzada política do vulto da que está sendo relembrada.

Apezar disso e como subsídio que, publicado, poderá passar pela verificação dos sobreviventes e contemporâneos da mesma, recebendo objecções e acréscimos, que sem dúvida concorrerão para que luz mais ampla se derrame no estudo dela, se abalança o autor deste trabalho a apontar, de memória e valendo-se também de informações agora tomadas de outras pessoas do tempo, os nomes que, com os demais já referidos e outros, cuja inclusão dependeria de mais demorado exame ou omitidos hajam sido, em tal etapa republicana teriam militado e seriam os seguintes:

Na Vila: Jerónimo, Gezerino e Gasparino Annes, irmãos do chefe já mencionado; major Manuel Teodoro da Rocha Ribeiro, capitão José Pinto de Moraes e Teófilo Rodrigues da Silva, próceres da aludida dissidência; Gabriel Bastos, capitão José Claro de Oliveira, Daniel e António Manuel de Araujo, António José Pereira Bastos, Floriano José de Oliveira, Octávio de Miranda Santos, Jesuino Bordallo, Saturnino Vítor de Almeida Pillar, Saturnino Falkemback, Frederico Guilherme Kurtz, Frederico Graeff, Carlos Leopoldo Reichmann, Augusto Reichmann, Leandro de Oliveira Missel, Diogo José de Oliveira e seus filhos Manuel, Diogo, António de Paula e João de Oliveira, Manuel João de Oliveira Lima, Jacinto Domingues Villanova, José Savinhone Marques e seus filhos, Francisco Marques da Silva, Felisberto de Oliveira, António de Oliveira Penteado, Gaspar Teixeira Alves, Virginio Lucas Evangelista, António Cipriano Fão, Francisco Leopoldino de Araujo, João Kurtz, Lopo Bastos, João Demétrio Ramos, Roldão Xavier Teixeira, Matias Benck e seus filhos Pedro, Honorato e Adão Benck, Cândido Savinhone Marques, Pedro da Costa Pinto Bandeira; no 1.º distrito, Bernardino José Lopes de Albuquerque, Frederico Bento de Souza, Sátiro Nunes Vieira, João Pereira dos Santos, Felisbino José Ribeiro e seu filho Nicolau José Ribeiro, e Manuel Bento de Souza; no 2.º distrito, Ildefonso José de Oliveira e seus filhos José Antonio, Alexandre, Diogo e Hemeterio de Oliveira Penteado, Ramon Rico, Leônicio Amando Ozana Rico, Sebastião Guerrico, Ovídio, Policarpo e Atanásio José de Oliveira, Marcos de Oliveira Fortes; no 3.º, Diogo e Ernesto da Silva Rocha, Fidêncio, Antonio e Silvério José de Oliveira, Virgílio Alves Leite, José Felix do Amaral, João Apolinário de Almeida, Ludgero Pereira da Cruz, Miguel Conrado Duarte, Firmino e Serafim António Dias, Lúcio Dias de Almeida, António e Manuel Luiz de Almeida, António Antunes Maciel; no 4.º, Xisto Rodrigues do Valle, Garcia Neckel, Francisco Rosa Marcondes, Gregorio de Oliveira Vargas, Severo Pereira de Quadros, Braz Ferreira de Santana, João Pereira da Silva, Pedro Lopes de Oliveira (Lolico) e seus irmãos Francisco e Benjamin Lopes de Oliveira; no 5.º, Francisco de Oliveira Lima e seus filhos, António, Pedro e João Gabriel de Oliveira Lima, Francisco de Almeida Campos, e no 6.º, José António de Oliveira, Felício de Oliveira Penteado e Ismael Pedro de Quadros.

III

Após a eleição referida, a política do Município entrou em calma que reinava ainda quando, dois e meio meses depois, uma grande surpresa vinha sacudí-la pondo-a em situação nebulosa, mas que, entretanto, em breve se resolveria pelo mais que poderiam almejar os republicanos.

E' que — foi isto já quasi ao entrar do Sol de 16 de Novembro — por um próprio da Comissão de engenheiros militares (10) que, de Cruz Alta, avançava com a construção do telégrafo, e, na ocasião, estava acampada nas alturas da Estância Nova, entre Pulador e Carazinho, se tinha ciência de que, na véspera, no Rio de Janeiro, fôra proclamada a República...

Pelo seu laconismo, pois que nada mais informava, a sensacional noticia deu causa a apreensão, que mais se acentuou com a demora de outras que dessem a conhecer com precisão as circunstâncias em que se operara o acontecimento e de que maneira fora ele recebido na Corte e províncias: enigma tanto mais sério quanto era certo que dispondo a situação liberal de elementos, como devia dispôr, bem poderia, reagindo ao golpe, tê-lo rebatido ou estar a rebatê-lo, de certo que com graves consequências para o país.

Daí, evidentemente, a reserva que pairava na attitude dos políticos da terra, com a observação importante de que, nos liberais, se notava que, ao contrário de ser infensos, pareciam dispostos a apoiar o facto consumado, si o fosse.

E tanto essa tendência era real, que, esclarecida a situação e inaugurando-se, no dia 29 daquele mês, a estação telegráfica da Vila, a maioria liberal da Câmara Municipal, representada pelos vereadores capitão João Issler, presidente, Tomás Canfield, vice-presidente, Guilherme Morsch e Joaquim José de Almeida, pelo melhoramento se congratulando com o Marechal Deodoro, chefe do governo provisório da República, ao mesmo, em nome da corporação, apresentava “franca e leal adesão” ao dito governo.

Sem embargo, a 22 de Dezembro era a edilidade dissolvida pelo governador provisório do Estado, Visconde de Pelotas, que, ao mesmo tempo, nomeava para substituí-la uma junta composta do capitão José Pinto de Moraes, Gabriel Bastos e Jerónimo Lucas Annes, republicanos; junta essa que, no dia seguinte, assumindo a direcção dos negócios do Município, preenchia os cargos respectivos pelo modo seguinte: Secretário, Manuel de Araujo Schell; procurador, Octávio de Miranda Santos; aferidor, Floriano José de Oliveira; porteiro acumulando as funções de zelador do Cemitério, Roldão Xavier Teixeira; fiscaes: da Vila, António Felipe Moreira Roma; do 3.º distrito, Gaspar Teixeira Alves; do 4.º, Evaristo Ferreira Bueno, e do 6.º, Manuel António de Souza, republicanos também (11). Na mesma sessão a Junta, concedendo a exoneração solicitada pelo secretário da extinta Câmara, capitão Joaquim Gonçalves Gomide, mandou consignar em acta “um voto de louvor a tão distinto cidadão”.

\* \* \*

Assim incorporado o Município à nova forma política, nele terminava a cruzada cuja história é resumida neste trabalho.

(10) Chefiada pelo major Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, muito depois falecido no posto de marechal.

(11) Na esfera estadual, a unica alteração feita até aí foi a nomeação do dr. Domingos Augusto de Azevedo para o cargo de delegado de policia, assumido pelo mesmo a 30 de Novembro.

114) ...

...

...

...

...

...

Passo Fundo de 1888

FROM THE LIBRARY OF THE  
MUSEUM OF COMPARATIVE ZOOLOGY

Em 1888 a cidade nossa, então vila ainda, tinha o seu núcleo ar-ruado circunscrito a espaço que hoje poderia ser traçado, ao norte, começando na via férrea, entre as ruas Paisandú e do Uruguai, por uma linha que cortasse pelo centro a Praça Tamandaré, alcançando os fundos, a meia quadra, dos quintais da primeira daquelas ruas; por eles seguisse até a Déz de Abril, da mesma buscando, na Sete de Agosto, a ala sul da citada Rua do Uruguai, por esta continuando até a ala oriental da Coronel Miranda, e daí, pelos fundos dos quintais da ala norte da Avenida Brasil, indo terminar na linha oeste abaixo declarada; a léste, do ponto inicial acima, pela via férrea, buscando a ala sul da Rua Paisandú; por ela seguindo até cerca de 50 metros antes da Rua Coronel Chicuta, daí quebrando na direção da Avenida Brasil, e pela ala sul desta e depois pela ocidental daquela, indo terminar a meia quadra da mesma avenida; ao sul, partindo da Rua Coronel Chicuta, do ponto terminal da linha precedente, pelos fundos dos quintais da mencionada Avenida Brasil até a Rua Quinze de Novembro; daí buscando a ala norte da Rua Moron e pela mesma seguindo até a Rua Capitão Araujo, de onde, pela ala sul da mesma Moron até a Coronel Miranda, por esta e depois pelos fundos dos quintais da ala sul da Avenida Brasil, alcançasse a linha oeste, constituída por uma recta que da cabeceira do correjo Lava-pés, no Boqueirão, corte para o sul.

O arruamento desse espaço compreendia as ruas **do Comércio** (hoje Avenida Brasil); **Paisandú** (antiga de São Bento); **Moron**, que conserva tal nome e ao tempo se limitava apenas aotrechto entre as actuais Capitão Araujo e Coronel Miranda, porque tanto para o nascente como para o poente a trancavam terrenos particulares cuja desapropriação, para abrí-la, só veio a ser decretada por lei provincial n.º 1.714, de 17 de Dezembro de 1888; **do Uruguai**, aí limitada à ala sul, e essa mesmo somente entre as actuais Sete de Agosto e Coronel Miranda, e com raras casas, ou antes, casebres; as denominadas travessas da **Ladeira** (anteriormente de Santa Clara e hoje Rua Quinze de Novembro); **Humaitá** (1), antiga das Flores, actual Rua Teixeira Soares; de **Nonoai**, antiga da Imperatriz, hoje Rua Dr. Marcelino Ramos (2); **do Estreito** (actual Rua Capitão Araujo); **do Chafariz**, (anteriormente da Ponte, hoje Rua Déz de Abril); **de Belas** (antiga Direita, actual Rua Sete de Agosto); **Brasil** (hoje Rua Vinte de Setembro); **da Boa Vista** (actual Rua dos Andradas); **Ocidental** (hoje Coronel Miranda; uma seguinte, ainda sem denominação (actual Rua Coronel Mascarenhas), e as duas praças **Tamandaré** e **da Boa Vista**, sendo aquela apenas delineada e com uma única edificação, ainda hoje existente na esquina da Rua Paisandú com a Dr. Marcelino Ramos.

Na mais importante dessas ruas, a do Comércio, existiriam umas

(1) Veja-se em "Passo Fundo na Viação Nacional", do autor, a nota 11 do trabalho "Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

(2) Idem.

cento e poucas casas, em sua maior parte boas, de tijolos, estuque ou madeira, sendo as primeiras em maior quantidade.

Na Paisandú se contariam umas 30 casas, sendo 10 de tijolos, e o restante de madeira e com varios casebres.

Na Moron, onde o total não passaria de umas 12, de tijolos só se viam 2, consistindo o restante, em sua maioria, de simples ranchos.

Na do Uruguai, que aí só tinha a ala sul, não existiriam mais que 4 ou 5 casebres.

Nas travessas, além das casas que, com frente para as ruas do Comércio e Paisandú, nelas faziam esquina, deveria ser esta a existência predial: na da Ladeira, 1; na Humaitá, 4; na de Nonoai, 5, e na do Estreito, 1.

Tocante às praças, a única a mostrar as quatro faces fechadas era a da Boa Vista, mas ainda com poucas casas, pois que se limitavam às duas esquinas da ala norte da Rua do Comércio, e mais algumas nas faces norte e sul. A outra praça, com a sua única edificação já aludida, só tinha fechada a ala sul e, em parte, a oeste.

Fóra do núcleo arruado se viam, dispersas ou em pequenos grupos, edificações dentre as quais algumas, de longe, obedecendo ao arruamento urbano.

Passando a examiná-las, consignarei que entre o extremo oriental do núcleo acima e os antigos limites urbanos em tal direção, que eram pelo banhado que desce das ruas Paisandú e Uruguai, o rio Passo Fundo, as duas vertentes que dos actuais moinhos de trigo correm para o mesmo rio e para o arroio do Moinho do Capitão Theodoro, e por este, — se abria campo tão amplo, que além de abrigar numeroso gado vacum e cavalos dos moradores da Vila e nele se poderem, também, caçar codornas e até perdizes, havia uma raia de carreiras, a do Toco, medindo 5 ou 6 quadras. Desenvolvia-se ela de ponto situado, hoje, aproximadamente na Rua General Bento Gonçalves, quadra entre a Avenida Brasil e a Praça Marechal Floriano Peixoto, indo terminar na caída para o Passo, cuja direcção buscava.

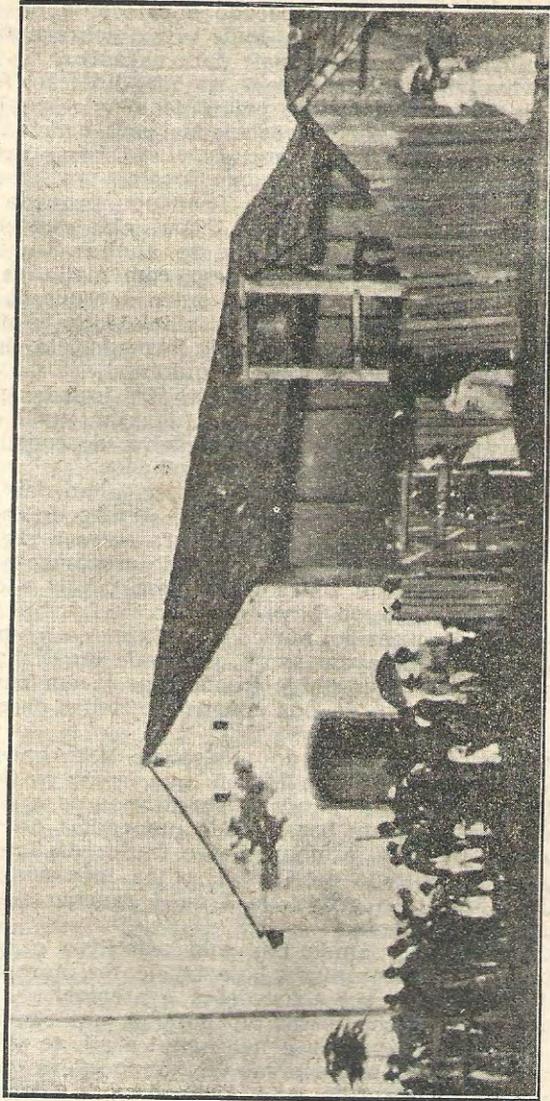
Era nesse campo que se erguia a velha Matriz da Vila, consagrada a N. S. da Conceição Aparecida e na qual, por espaço de mais de 70 anos, desde a sua construção, concluída a 23 de Agosto de 1832, as gerações que aqui vieram surgindo ou pela morte sendo levadas, receberam a agua do baptismo ou foram aspergidas pela da encomendação, ministradas pela fé católica: razão pela qual a sua fotografia, tirada muito depois, quando em ruínas já se achava, e convertida em cliché, bem merecia o lugar que lhe dou à margem desta rememoração.

Ficava o histórico templo no terreno em que está sendo levantada a futura catedral, ao sul desta, porém com a frente para nordeste, e, comquanto construída de tijolos, tinha as paredes alternadas com esteios de madeiras.

A uns 150 metros na mesma direcção de nordeste e a defrontá-la, ficava a capela de São Teodoro, construída de tijolos e tendo a ladeá-la boas casas da mesma construção, sendo duas à direita, e uma, mais vasta que as outras, à esquerda respectiva; conjunto este que formava linha traçada mais ou menos de noroeste para sueste, numa extensão de cerca de 100 metros.

No espaço entre os dois templos e mais próximo ao da Matriz, se erguia o tradicional mastro, levantado em cada festa anual do Divino e tendo no alto uma bandeirola movediça, em que se via pintura ou desenho alusivo.

A uns 80 metros da Matriz, tomando parte da quadra hoje formada pela Avenida General Neto e as ruas Independência, General



Antiga Matriz de Passo Fundo — Seu estado em 1908 mais ou menos

Osório e Coronel Chicuta, formadas muito depois, se via o antigo cemitério público, traçado em paralelograma com a maior extensão de leste para oeste, mais ou menos, e portanto em alinhamento que não coincidia com o que, muito depois, foi dado à mesma quadra. Era ele cercado de muro de tijolos rebocado e caiado, e no seu interior se viam duas palmeiras sendo uma, mais vivaz, sobre a face norte, e a outra, já definhada por velhice, mais para o centro.

Com o desenvolvimento da Cidade na sua direcção, foi tal cemitério, há mais de 30 anos, demolido pela Intendência Municipal, sendo as ossadas respectivas, em parte, trasladadas para o actual, aí aberto.

Ainda no mesmo rocio em exame, se viam outros pequenos grupos de casas, todos eles espaçados, como fossem, um, logo abaixo do cemitério e com ele, em linha oposta, formando pequena rua; outro, de ranchos constituído e que de extinta lagoa então existente no lugar onde hoje se ergue o Moinho São Luiz, se alinhava mais ou menos para sudoeste; dois na caída para o Passo, com melhores construções que o precedente, sendo um à direita e outro à esquerda da estrada, este com uma casa de tijolos e formando, os dois, larga e afunilada rua; e finalmente um outro que, só de ranchos formado, em linha tortuosa acompanhava a cabeceira do mato da Biquinha.

Tais grupos e mais umas poucas habitações isoladas nele existentes, dariam ao referido campo, quando muito, um total de 30 casas, em que se contavam 8 de tijolos, 3 de madeira, de construção relativamente boa, e o restante consistindo em ranchos.

Na face norte do núcleo arruado, existiam, além das 2 casas contíguas à Praça Tamandaré, já referidas, uma dentro do capão do Chafariz; outra à margem do mesmo capão; outra entre a rua do Uruguai e a sanga do aludido Chafariz, nas alturas do cruzamento da Rua Coronel Miranda, e finalmente outra entre esse ponto e o Boqueirão, aproximando-se do córrego do Lava-pés.

Na face oeste do referido núcleo e próximo ao limite dele, no mesmo Boqueirão, se alinhavam sobre a estrada do Pinheiro Torto, à direita, 1 casa de tijolos, que ainda existe, mas já em ruínas, e à esquerda, 3 ou 4 de madeira, de boa construção, todas desaparecidas há muitos anos.

Finalmente na face austral do núcleo da Vila, onde o mato da Serra Geral cobria parte da Rua Moron, que, como já ficou dito acima, aberta de todo não fora ainda, além de poucas e isoladas casas, duas das quais relativamente boas, sendo uma delas de tijolos, havia mais ou menos na linha de prolongamento futuro da Travessa de Nonoai, entre o actual edificio da Cadeia, então inexistente ainda, e a mencionada Rua Moron, o grupo de 3 ou 4 ranchos do "Quilombo", tão alegre quanto barulhento.

A Rua do Comércio, ainda em solo primitivo e que, por isso, além saliências e depressões ainda hoje existentes, apresentava outras posteriormente removidas por excavações e aterros, só não era gramada nas frentes de algumas casas de moradia, nas comerciais ou nos cruzamentos de certas travessas; e nela, aqui e ali, se viam moitas de macegas, bem como vassouras e ervas do campo, entre estas figurando com certa abundância o abrofo, cujo carrapicho se prendia às caudas e crinas dos cavalos formando, às vezes, emaranhados que só a custo podiam ser despeitados, inconveniente que se extendia também aos vacuns.

Mais ou menos pelo centro dela, no comprimento, se via a fita coleante da estrada de carretas que vinha de Cruz Alta e de movimento era, não só pela frequência de tais veículos, que representavam o meio de transporte do comércio de importação e exportação, como

por ser, também, o mais importante dos itinerários das tropas que do sul da Província demandavam São Paulo, e dos tropeiros que da mesma direcção as vinham comprar; e passagem forçada das tropas de vacuns que, da parte oriental do Município, se deslocavam para o ocidente, e vice-versa.

Pelas suas edificações baixas e de beirais salientes desaguando nas calçadas, pois que raras eram as que platibandas tinham, dava ela a impressão de ser muito mais larga que hoje.

Porque nem todas as casas fossem delas dotadas, e também não as tivessem as frentes dos terrenos baldios que se abriam no arruamento, as calçadas, em sua maior parte de lajes de pedra ferro, não se ligavam e a respectiva altura variava acompanhando o terreno ou as soleiras da casa, arbitrariamente assentadas por não haver nivelamento a obedecer, feito pela Câmara; daí resultando que, de futuro, muitas casas teriam de sofrer, como sofreram, com os movimentos de terra que se tornariam necessários para o mesmo.

Iluminação pública não havia, e, em regra, os moradores não costumavam, senão raramente, iluminar os compartimentos da frente de suas casas; de maneira que, em caindo a noite e sendo escura, com os barrancos e caminhos fundos da rua, de cuidado se necessitava para sair, mesmo porque muito era o gado que, a essa hora, se reunia, deitando aqui e ali, devido ao facto de quasi todos os moradores terem vacas leiteiras em número que variava desde uma até, em certos casos, quatro, cinco, seis ou mais; gado esse que em grande parte era conservado solto no próprio recinto da Vila, onde largo espaço havia e por isto se podiam manter pontas de gado sem possuir ou arrendar campo. Por outro lado, em certas faces do seu perímetro, a área urbana estava em comum com campos vizinhos, o que permitia a passagem do gado destes para ela.

Devido ao exposto, em certas noites se ouvia na Rua do Comércio o berrar solene dos touros que vinham de tais campos e a percorriam, dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra, onde não havia casas de diversão a não ser um bilhar, frequentado ordinariamente pelo mesmo círculo de pessoas.

Outra cousa que não tinha a terra era hotel, aliás desnecessário mesmo, de vez que raros, muito raros eram os forasteiros que nela apareciam, vindos de outros pontos da Província; e os moradores do Município, que vinham a compras ou a outros negócios, em regra tornavam no mesmo dia para suas casas, e quando o não fizessem, se hospedavam com parentes ou amigos. Era isso a continuação de tradicional costume da campanha, onde, nas moradas, não deixava de haver o quarto dos hóspedes, sempre recebidos e tratados com cavalheirismo, embora o morador não fosse rico. Era esta, ao tempo, uma das faces mais belas dos costumes rurais do Município, e com a observação de que se o recém-chegado estava mal de cavalo, ou de outro obséquio necessitava, não deixaria de ser atendido, às vezes espontaneamente, pelo seu hospedeiro. E' espelho de tal característica do nosso passado, o tópico seguinte que em trabalho anterior (3) vazei, esteriopando a generosidade que era própria de nossa gente:

“Em matéria de hospitalidade, prima em reviver as tradições dos tempos bíblicos. Em qualquer ranchinho perdido na vastidão da campanha ou na profundidade solitária das selvas, o viajante que chega tem logo o mais cativante

---

(3) “O Município de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908”.

agasalho, embora seja necessário obsequia-lo com a derradeira ração de que dispõe a casa, e ficar esta com a despena vazia para o dia seguinte”.

O comércio da Vila compreendia 22 casas, quase todas elas negociando em fazendas, miudezas, roupas, calçado, drogas, louça, feragens, secos e molhados e produtos da terra conjuntamente.

Eram as mesmas dos negociantes Jesuino Bordalo, Gabriel Bastos, Manuel de Araujo Schell, major Lucas José de Araujo, António José da Silva Loureiro (Barão), Jorge Schell, António Francisco da Costa, João Jacob Müller (pai), Francisco Narciso de Queirós, Daniel Manuel de Araujo, José Pinto de Moraes, Francisco de Mattos Müller, d. Isabel Kratz Sturm, Guilherme Morsch, João Issler e Juvêncio Carvalho, na Rua do Comércio; Anibal di Prímio, Pedro Zimmermann, João Klippel e José di Prímio, na Rua Paisandú; Manoel Joaquim Cidade, na Rua Moron, e d. Luiza Wolf, ao pé da capela de São Teodoro, já fóra do núcleo arruado da Vila. Além destes, tinha pequeno estabelecimento sobre o portão situado no local dos atuais moinhos Passo Fundense e São Luiz, o negociante Pedro da Costa Pinto Bandeira.

Eram estabelecidos com farmácias Gabriel Bastos e Luiz Morsch, e com açougues, Jerónimo Savinhone Marques e José Claro de Oliveira.

Tinham oficinas: de sapataria, Frederico Guilherme Kurtz, António José da Silva Loureiro e João Lewe; de selaria, João Habkost; de lombilharia, Frederico Graeff; de cortume, Frederico Guilherme Kurtz, António José da Silva Loureiro e o mencionado Graeff; de marcenaria, Venâncio Rodrigues Corrêa, Daniel Canfield, Reginaldo Pietsck e Augusto João dos Santos; de alfaiataria, Carlos Leopoldo Reichmann e Manuel, conhecido por Maneco Alfaiate; de ourives, Miguel Narciso de Queirós e um velho Canto; de funilaria, Felix Felizzola, e de ferraria, Pedro Schleder, Mathias Benck, Tomás Canfield e Fernando Zimmermann.

Exerciam profissões manuais João Gosch, João Guilherme Zeferino, Carlos Coimbra, Felipe Gosch e outros, carpinteiros; Santiago Franchini, Domingos António da Costa Guimarães, Felicio Bianchi e Manoel André Alves, pedreiros; Guilherme e Henrique Amadeu Becker, canteiros.

Tinham olarias, na Vila, Domingos Pereira Gomes, e nos subúrbios, Frederico Bento de Souza e Felisbino José Ribeiro.

Não havia padarias, sendo o pão feito em casas particulares.

Quanto a profissões liberais, havia dois médicos, o dr. Domingos Augusto de Azevedo e Luiz Morsch; dois advogados, o major António Ferreira Prestes Guimarães e Gervásio Lucas Annes, depois coronel, e um agrimensor, Henrique Eduardo Costa, português.

A única associação que existia era o Clube Amor à Instrução, aí presidido por Gasparino Lucas Annes.

Havia 2 bandas de música: a de Quirino Domingues Barbosa, liberal, e a de António Felipe Moreira Roma, conservadora.

A instrução pública era ministrada por duas aulas, ambas funcionando em prédio situado no local em que, hoje, se ergue o Colégio Notre Dame: uma do sexto masculino, regida pelo professor Tomé Gonçalves Ferreira Mendes, e outra, do feminino, por d. Isabel de Miranda Mendes, esposa do mesmo.

A particular se limitava ao Colégio Luso-Brasileiro, do professor Eduardo Augusto de Souza Brito, e que funcionava também na Rua do Comércio, esquina da actual Sete de Agosto, em prédio que desapareceu, contíguo à padaria Menna Barreto, modernamente estabelecida.

O comércio local comprava as mercadorias de importação em Porto Alegre, de onde vinham ao ponto terminal da estrada de ferro, em Santa Maria.

Desse ponto, eram as mesmas trazidas em carretas de bois, o que também acontecia nas compras feitas na Fronteira, limitadas a uma parte das fazendas que revendia ele.

Dado o movimento importante da praça, pois que além de abastecer o Município, atraía comércio de Lagôa Vermelha, Campos Novos e outros pontos que, em tropas de cargueiros, vinham vender seus produtos e comprar sal e outros gêneros, se pode avaliar quão elevado seria o número de carretas que se ocupavam na importação e exportação aludidas (2).

As compras, em Porto Alegre, eram feitas até a 12 mezes de prazo, para fazendas e outros artigos, e 6 mezes, para molhados.

As vendas, em sua maior parte, eram a prazo ou, também, a troco de produtos da terra; com a observação de que aquelas, em regra, não observavam prazos fixos, porque o freguez morador na campanha, sendo criador, só as podia pagar ou amortizar com a venda, às vezes demorada de um ano para outro, de seus produtos. Daí o não se expedirem contas de fim de mês, expediente que, então, magoaria o freguês, afastando-o.

O comércio da Vila não abria aos domingos, e nos dias de semana fechava ao escurecer.

Porque viesse muita freguesia da campanha, era imprescindível que o comerciante tivesse frades ou argolas de ferro sobre a calçada, para amarração dos animais de montaria e cargueiros da mesma. Para o freguês que vinha das serras, era indispensável, para início de negócio, o copinho de pinga.

O elemento feminino da Vila não ia fazer compras nas casas comerciais, que para atendê-lo tinha de possuir amostras de fazendas e artigos de enfeite.

A exportação local consistia em couros, cabelo, erva-mate e fumo, expedidos nas mesmas carretas, sendo que a erva, em parte, era ainda ensurroada em couro vacum, em volumes de tamanho variavel, alguns tão grandes que comportavam cento e tantos quilos do produto.

Para esse acondicionamento, o couro era molhado e depois costurado, sendo, em seguida, socada a erva de modo que o surrão, uma vez cheio e secando, ficava completamente endurecido. Quanto ao fumo, era primeiramente melado, depois torcido de novo e afinal enrolado, envolvido em papel e enfardado em aniagem, em volumes uniformes.

O frete pago às carretas era tão barato que chegou a cair a 30\$000 daqui a Santa Maria ou vice-versa, devido a que, tanto de ida como de volta, em regra encontravam elas o que conduzir.

Esse dinheiro, porém, representava mais que ouro, de vez que o papel-moeda, então, estava com ágio, explicável por ter o câmbio subido além do par. De outro lado, sendo as remessas de dinheiro feitas em viagem a cavalo, para Bexiga ou outras estações ferroviárias, de onde seguiam para a capital da Província, de certo que a moeda metálica, pelo seu volume e peso, se tornava inconveniente para tal, preferindo-se o papel-moeda.

Na circulação, abundavam as moedas de prata, níquel e cobre: as primeiras compreendendo não só as nacionais de \$200, \$500, 1\$000 e 2\$000 (patações), como também as portuguesas e espanholas de \$400 (cruzados e balastracas), as orientais, argentinas e outras, sendo que a espécie mais numerosa entre estas era o boliviano, que valia \$800

e do qual apareciam frequentemente falsos; as de níquel eram nacionais de \$050, \$100 e \$200, e finalmente as de cobre, de \$010, \$020 e \$040, não só do Brasil como, até, de nações da Europa.

Porque os camponeses costumassem fazer botões de moedas de prata e de níquel para as guaiacas e arreios, o resultado era que frequentemente apareciam na circulação as que assim tinham sido utilizadas e, por isso, não eram recebidas senão com desconto.

Localidade afastada do centro provincial, a que só podia atingir vencendo a cavalo, em longa viagem, a aludida estação Bexiga ou outras das imediações, na linha férrea que conduzia á capital; e situada em uma zona pastoril, em que eram mantidos os tradicionais costumes gaúchos, de certo que Passo Fundo teria de primar então pela singeleza de viver, não abrigando luxo nem mesmo na classe mais abastada ou rica de sua população. Tanto que, entre os homens, salvo poucas excepções, o trajar habitual se cifrava a fazendas de algodão; em lugar de colarinho e gravata, o lenço ao pescoço, de algodão ou de seda, e consistindo o calçado em chinelos ou tamancos, com e sem meias, conforme a variação do tempo. O traje de casemira, colarinhos, gravata e botinas, eram reservados a festa ou solenidade. No trajar dos camponeses que apareciam na Vila, a bombacha era quase que geral, já não acontecendo o mesmo entre os matreiros — como se designavam os moradores das serras — onde era substituída pela calça. Aqueles usavam botas de cano alto e duro, de sola vermelha ou preta, ou simples canos, postos sobre botinas lizas ou borzeguins de amarrar.

Os arreios dos camponeses se distinguíam dos dos matreiros, por serem de feição gaúcho e, embora grosseiros, bem acabados; ao passo que os dos matreiros, em regra, eram mal feitos.

O velho poncho de pano preto, forrado de baeta encarnada, era peça indispensável nos arreios em geral, onde também não faltavam o laço, o maneador para prender o cavalo à soga, e a guampa para agua. As boleadeiras, mais designadas por — bolas — estavam já em pouco uso campeiro, sendo trazidas mais por arma, e raramente. De ordinário, eram feitas de pedra retovada com couro de lagarto e ligadas por duplo courinho torcido como sovéo.

O camponês de mais recurso usava serigote, geralmente de cabeça grande, ao passo que o pessoal peão preferia o lombilho de domar. Conforme as posses do dono, o lombilho e mais peças dos arreios eram prateados, frequentemente se vendo apeiros que primavam tanto pela abundância da prata, como pela perfeição do trabalho de correiro e ourives. Tanto o camponês com o matreiro carregavam, além da pistola e faca, esta às vezes aparelhada de prata, avantajado facão à cintura, ou mesmo espada ou adaga grosseira, de fabricação local.

Outra característica do gaúcho é que andava sempre em cavalo bom, cuja cola era atada. Alguns apareciam de pala de croché ou de brim branco. As bombachas eram largas e franzidas dos lados, ou tendo neste séries de botões, às vezes substituídos por moedas, principalmente de níquel.

O pala era geral. Os mais abastados o usavam de vicunha, no verão, ou de lã, no inverno, ambos de largas listas. No elemento matreiro, era muito comum o palinha leve, de lista vermelha ou de outras cores vivas, artigo que por ser ordinário, era designado pula-cerca —. Havia-o até de 2\$000, de sorte que o mais pobre dos matreiros podia adquiri-lo. A capa aberta que hoje substitue o ponche, absolutamente não era usada então, bem como desconhecido era o tipo de serigote de curva lisa e arqueado como boca de sino, actualmente em uso. O estribo de argolão também não havia sido ainda introduzido, o mesmo

acontecendo com as esporas de exageradas rosetas, que depois apareceram.

O elemento feminino raramente usava seda, tecido que, bastante caro ao tempo, era reservado às senhoras, para solenidades e festas excepcionais. O tecido, ordinariamente, era preto, lizo ou de chamlote. Os vestidos habituais, porém, eram de chita e outras fazendas leves, de algodão, como cetinetas, cassas e outras. Nem mesmo nos bailes havia luxo, facto que, entretanto, não prejudicava a elegância. A moda, esta sim se mostrava complicada, porque os vestidos eram cheios de babados e rendas. As anquinhas e o espartilho, eram indispensáveis ao tempo, bem como as barbatanas nos corpinhos, como eram chamados os casacos femininos. Estavam ainda em uso os penteados, cuja complicação se pode ver por fotografias de época. O traje de andar a cavalo, era belo; consistia em casaco ou corpete, roupão preto compridíssimo e chapéu de pano ou palha, de copa baixa e larga aba, tendo ao lado grande pluma preta ou de cor diferente.

\* \* \*

Salvo diminuto numero de protestantes, a população era católica; mas, pelo tamanho do templo que servia de Matriz e a frequência que nele se observava em festas, pouco comparecia ao culto religioso.

As festas da espécie, então, eram a do Divino, a de N. S. da Conceição Aparecida, a de N.S. do Rosario e a de São Miguel, sendo que a penultima era feita pelo elemento ex-escravo, com o concurso dos brancos. Excepto a última, realizada sempre na respectiva capela, no Pinheiro Torto, consistiam em novenas seguidas de leilões de ofertas, danças, alvorada, missa cantada e procissão no dia da festa, e afinal o baile de encerramento. A festa de São Miguel atraía sempre grande concorrência, tanto desta cidade como das vizinhanças da capela referida (4).

Os protestantes não tinham igreja, mas dispunham de pequeno cemitério, murado de tijolos, rebocado e caiado, e que ficava em local fronteiro ao actual quartel do 8.º R. I. (5), sobre a estrada que segue para Nonoai, do lado oposto. Tal cemitério — o que aconteceu tambem com o outro, o público — anos depois foi demolido. Lá estavam sepultados, entre outros, Adão Schell, o velho, falecido a 24 de Agosto de 1878, e pessoas de sua família.

Era vigário católico, ao tempo, o revdo. Tomás de Souza Ramos, português.

\* \* \*

A Câmara Municipal, funcionando então no prédio que tem hoje o numero 1268 à Avenida Brasil, estava então constituída pelos vereadores capitão João Issler, presidente, Pantaleão Ferreira Prestes, Tomás Canfield, capitão Franklin Machado da Silva, major Francisco Marques Xavier Chicuta, Jerónimo Savinhone Marques (liberais) e Gervásio Lucas Annes (conservador).

Era secretário da mesma o capitão Joaquim Gonçalves Gomide, e procurador Venâncio Rodrigues Corrêa.

A Cadeia ocupava prédio, anos depois demolido, situado ao meio

---

(4) Veja-se, a proposito, em "Seara Velha", do autor, o artigo "A capela do Pinheiro Torto".

(5) Hoje 1/20.º R. C.

da quadra em que se acha a Casa Barão, na mesma avenida, sendo que o aluguel respectivo, pago pelo Município, era de 20\$000 mensais, preço que a Câmara, em seu relatório do ano, salientando a deficiência do prédio, dizia ser fabuloso. E o era, de facto, si se considerar que equivalia então, em ouro, a 2 ½ libras sterlinas.

A justiça da terra era distribuída pelos juizes seguintes: de direito, o dr. Antonio Alvares Veloso de Castro; municipal, o dr. Cândido Lopes de Oliveira, e de paz (1.º), o major António Ferreira Prestes Guimarães. Eram substitutos do juiz municipal, 1.º, Frederico Graeff; 2.º, capitão José Pinto de Moraes, e 3.º, Pedro Lopes de Oliveira; 2.º, 3.º e 4.º juizes de paz, respectivamente, major João Schell, capitão Joaquim Gonçalves Gomide e Augusto João dos Santos, e immediatos dos mesmos juizes de paz, 1.º, Gezerino Lucas Annes. 2.º, Satírio Nunes Vieira, 3.º, capitão José Pinto de Moraes, e 4.º, Elias de Souza Küster. Quanto à promotoria pública e demais cargos de justiça, não tenho lembrança e nem consegui, agora, apurar a sua distribuição.

Delegado de polícia era o capitão José Claro de Oliveira, que exercia também o comando da secção policial.

Juiz comissário (do serviço de terras públicas) devia ser Manuel João de Oliveira Lima.

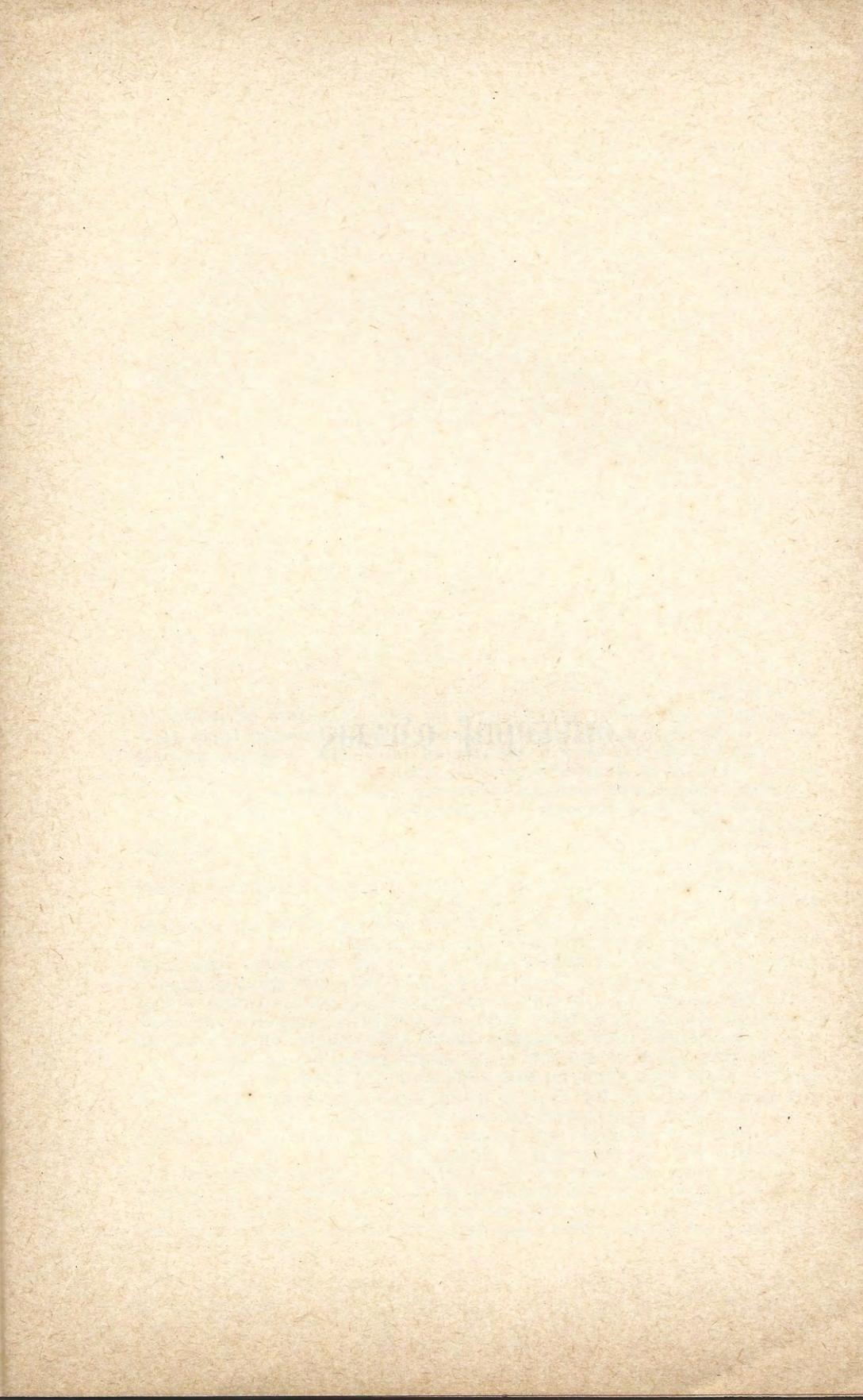
Dos demais cargos de justiça, não tenho lembrança de como estavam providos.

Era, pois, bem diferente de hoje, Passo Fundo de 1888. Descrevendo-o, talvez minha memória claudicasse nalgum ponto. Si isso aconteceu, resta que os contemporâneos o corrijam.

Será serviço prestado à história da terra, que deve ter o nosso culto porque nela é que estão as nossas origens, talhadas pelas gerações que no seu espaço mergulharam no sono misterioso da morte.

11-7-36.

**Serviço Judiciário**





**Dr. James de Oliveira  
Franco e Souza**

ESTADO P. PORTO  
DE ANEXO DE CHANTRE





**Dr. Benedicto Marques  
da Silva Acauã**

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
PRESS



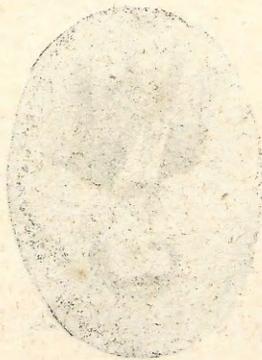


**Martim Francisco do  
Amaral Monteiro**

**Oficial a cujo cargo foi  
instalado, a 20 de Se-  
tembre de 1875, o re-  
gistro geral de hipotecas  
da comarca de Passo  
Fundo.**

Универсальный  
универсальный  
универсальный  
универсальный  
универсальный  
универсальный

Универсальный  
универсальный



A instalação do foro, em Passo Fundo, ocorreu a 21 de Setembro de 1857, assumindo as funções de juiz municipal, como primeiro suplente respectivo, o juiz de paz mais votado, coronel António de Mascarenhas Camello Junior.

O novo termo judiciário assim surgido na Província e que abrangia também os tres distritos que posteriormente vieram a ser desanexados para constituírem o município de Soledade (1), era parte integrante da comarca de Missões, com sede em São Borja, subordinação que, porém, logo depois passava a Cruz Alta, dada a elevação da mesma, por lei provincial de 6 de Dezembro de 1858, a cabeça de comarca (2).

O lugar de juiz municipal acumulando a vara de órfãos foi criado por decreto imperial n. 2.132, de 20 de Março de 1859.

A 7 de Março de 1873 e Câmara Municipal, aí composta dos vereadores dr. Cândido Lopes de Oliveira, Jerónimo Mauricinho Marques, Amâncio de Oliveira Cardoso, tenente Anacleto Mauricio Rodrigues, Francisco Rodrigues da Silva, Ildefonso José de Oliveira e tenente António João Ferreira, enviava uma representação à Assembleia Legislativa Provincial pedindo a criação da comarca, aspiração que foi satisfeita por lei provincial n. 879, de 20 de Abril do mesmo ano, entrando a exercer as funções de juiz de direito substituto, em 9 de Maio, o dr. Benedicto Marques da Silva Acauã, e as de promotor público o dr. Cândido Lopes de Oliveira.

A instalação da comarca, porém, só teve lugar a 7 de Setembro de 1875, data em que, em trânsito para cá (3), em Soledade assumiu as respectivas funções o juiz de direito nomeado, dr. James de Oliveira Franco e Souza, cujo exercício se prolongou até que, a 9 de Setembro de 1878, foi removido para Santa Maria, vindo substituí-lo o dr. Vicente Alves Rodrigues de Albuquerque, empossado a 19 de Novembro do mesmo ano.

Seguiram-se, ainda no Império, o dr. Miguel Lino de Moraes Abreu, de cuja posse não consta a data, e o dr. António Alvares Velloso de Castro, que a teve a 16 de Abril de 1886 e em exercício continuava ao advento da República.

Implantada esta, algum tempo depois foi o mesmo juiz substituído pelo dr. Gustavo Galvão, a que seguiram-se, ainda como juiz de direito, o dr. Hollanda Cavalcanti (4), e como juizes de comarca, título que lhes dera a Constituição do Estado, os drs. Olavo Godoy, Xisto Xavier da Cruz, Laurentino Gonçalves de Senna, João Coelho Cavalcanti, José Moreira Soares de Oliveira, Francisco Thompson Flores,

(1) E que eram os da Restinga (5.º), Soledade, (6.º) e Lagoão (7.º).

(2) Segundo informa o dr. Hemetério José Velloso da Silveira em sua obra "As Missões Orientais e seus antigos dominios", a comarca de Cruz Alta só veio a ser instalada em Março de 1859.

(3) A viagem de Porto Alegre era feita, então, via Rio Pardo-Soledade, a cavalo.

(4) Tenho dúvida se era Hollanda ou Olinda Cavalcanti.

Antonio Casagrande, José Dario de Vasconcellos, Raul de Freitas Bocanera, La Hire Guerra, Alvaro Leal, Nézio de Almeida, Homero Martins Baptista, João Solon Macedonia Soares, Arcadio Leal, em cuja judicatura o cargo retomou o velho título, sendo exercido em seguida pelos drs. Alpheu Escobar, Theodoro Appel, Arthur Oscar Germany, sob a judicatura do qual, por lei n.º 341, de 15 de Outubro de 1948, passou a comarca a ter dois juizes, cabendo ao da primeira vara a direcção do fôro, e ao da segunda a de menores; divisão essa em que o referido juiz optou pela segunda vara, sendo nomeado para a primeira o dr. Isaac S. Mesler, que assumiu-a e em exercício se acha também.

Entre outros juizes substitutos, chamados a funcionar em vagas abertas por motivo de remoções, serviram prolongadamente os drs. António José de Moraes Junior e Augusto Leonardo Salgado Guarita, ambos da comarca de Cruz Alta.

Na situação revolucionária estabelecida no Estado em Novembro de 1891 e que se prolongou até 17 de Junho do ano seguinte, quando foi restaurada a legalidade, veio a servir no carácter de juiz de direito o dr. Emílio Madeira Gonçalves Ferreira, que estava em exercício em Junho de 1892, e depois do qual a judicatura veio a ser exercida, talvez a título provisório, pelo dr. Cândido Lopes de Oliveira, que nela, como decorre de relatório do, então, intendente municipal Frederico Guilherme Kurtz (5), se achava a 15 de Janeiro de 1893 (6).

A comarca teve elevação a 2.ª entrância por decreto n.º 2.591, de 21 de Junho de 1920, e a 3.ª, pelo n.º 781, de 3 de Maio de 1945, sendo como tal instalada em acto solene, realizado no **Forum** a 12 do mesmo mês e ano, sob a presidência do mencionado dr. Arthur Oscar Germany (7).

---

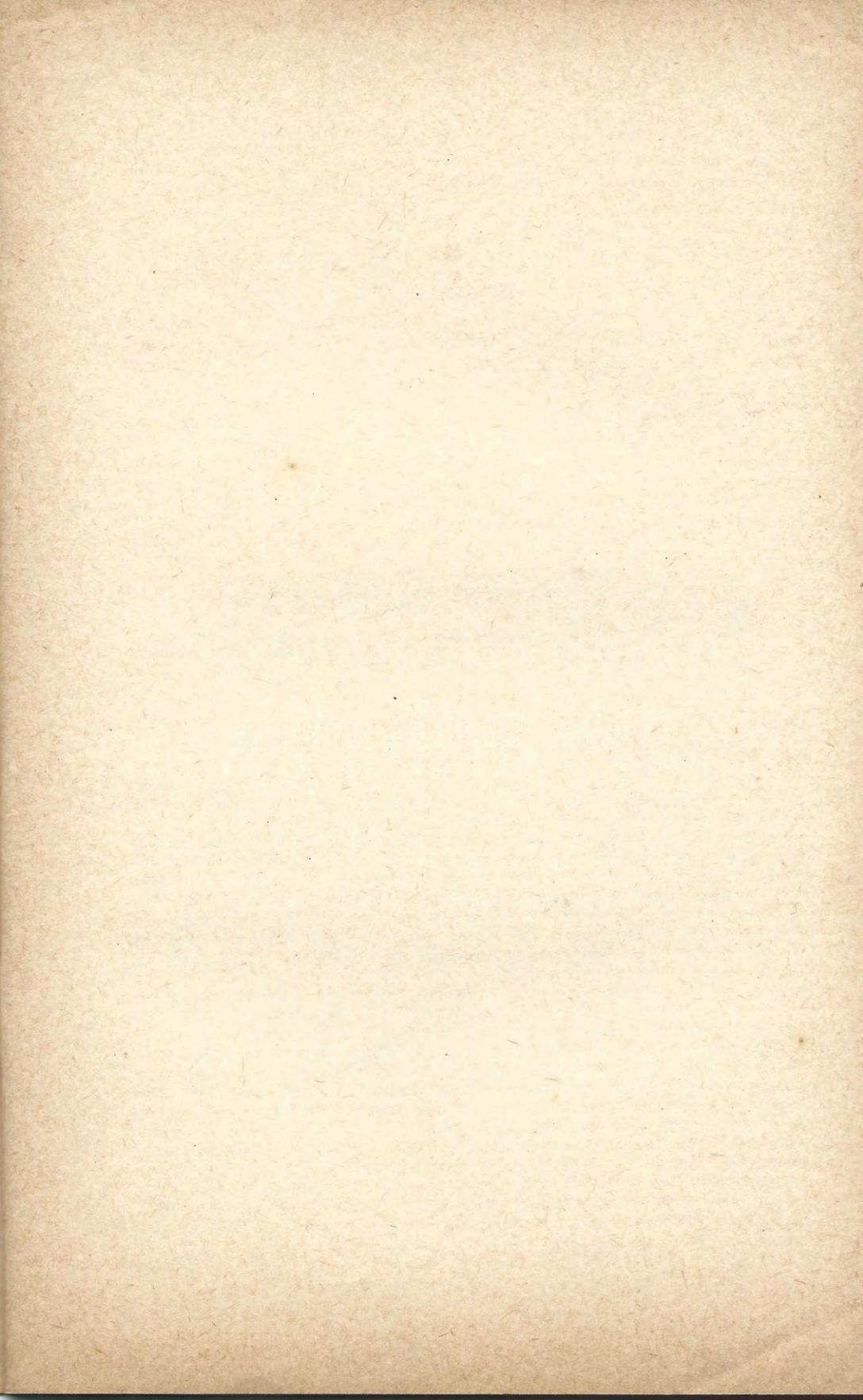
(5) Copiador de officios existente no Arquivo Municipal.

(6) Pouco teria permanecido no cargo, dada a grave situação que se seguiu e devido à qual teve ele de emigrar como o fizeram quasi todos os funcionários públicos da Cidade.

(7) Por não ter sido possível completar as respectivas listas, deixam de ser consignados neste artigo os nomes dos demais juizes municipais e dos districtais da séde e promotores públicos, que serviram no período.

---

# A Colonização do Município



Na data de hoje (1), em 1889, inaugurava Tomás Canfield, em lugar proximo à Cidade, na serra que a ladeia pelo sul, a sua Colónia Canfield, aí começada com as tres familias de agricultores italianos de que eram chefes Trinco Joseph, João e Silvestre Bucco.

Praticamente, era o primeiro impulso dado à colonização do Município, mas prematuramente, de vez que a falta de via de comunicação facil para saída dos frutos lhe não assegurava compensadora expansão. Por outro lado, a situação política desfavoravel que seguiu-se e mais veiu a ser agravada com a luta civil desencadeada em 1893, constituiria ainda maior obstáculo a que o grande factor de progresso, que assim desabrochava em Passo Fundo, lograsse adaptação feliz naquele início.

Era necessário, pois, que para sua viabilidade se manifestassem, primeiro, as duas condições opostas a tais entraves, que eram a paz e a construção da estrada de ferro já então projectada, para que, em mais oportuna investida, pudesse ele surtir nestas plagas o efeito grandioso que lhe era próprio.

Oportunidade tal surgiu em 1897, quando, já pacificado o Estado e havendo a construção da via férrea aludida alcançado o território municipal no então 4.º distrito, hoje parte do município de Carazinho, foi, pela firma Schmitt & Oppitz (2), empreendida a colonização do **Alto Jacuhy**, com sede em Não me Toque, à qual seguiam-se a de **Saldanha Marinho**, iniciada em 1898 pela empresa Castro, Silva & Cia. (3), e a de **Dona Ernestina**, do coronel Ernesto Carneiro da Fontoura, encetada em 1899 (4).

A partir daí, claro estava que a abertura do tráfego ferroviário, aquí verificada a 8 de Fevereiro de 1898, accionaria poderosamente o factor em referênciã, não só pelo estabelecimento de novos núcleos, como, ainda, por penetração avulsa de colonos que, atraídos pela fama de fertilidade das terras do Município, de outras colonias do Estado, como em vasta escala aconteceu, para cá se deslocassem.

Assim foi que vieram a surgir de então em diante as, hoje, importantíssimas colonias de **Marau**, **Teixeira**, **Sertão**, **Sarandi**, **Santa Cecília**, **Weidlich** (5) e outras, no território actual do Município; **Varzinha**, no que passou para Guaporé; **Erechim**, **Sete de Setembro** e outras, no que veiu a constituir os actuais de Boa Vista e Getúlio Vargas, **Tamandaré**, **Selbach**, **Boa Esperança** e outras, no que foi desmembrado para a criação do de Carazinho.

---

(1) 17 de Junho.

(2) Constituida por Alberto Schmitt e o dr. Fernando Oppitz. Retirando-se este, logo depois, para a Europa, entrou a ter parte na empresa o coronel Ger-vásio Lucas Annes, nela permanecendo até o fim da colonização.

(3) Era chefe desta firma Evaristo Afonso de Castro, autor da "Noticia Descritiva da Região Missioneira" e d "O Gigante Missioneiro".

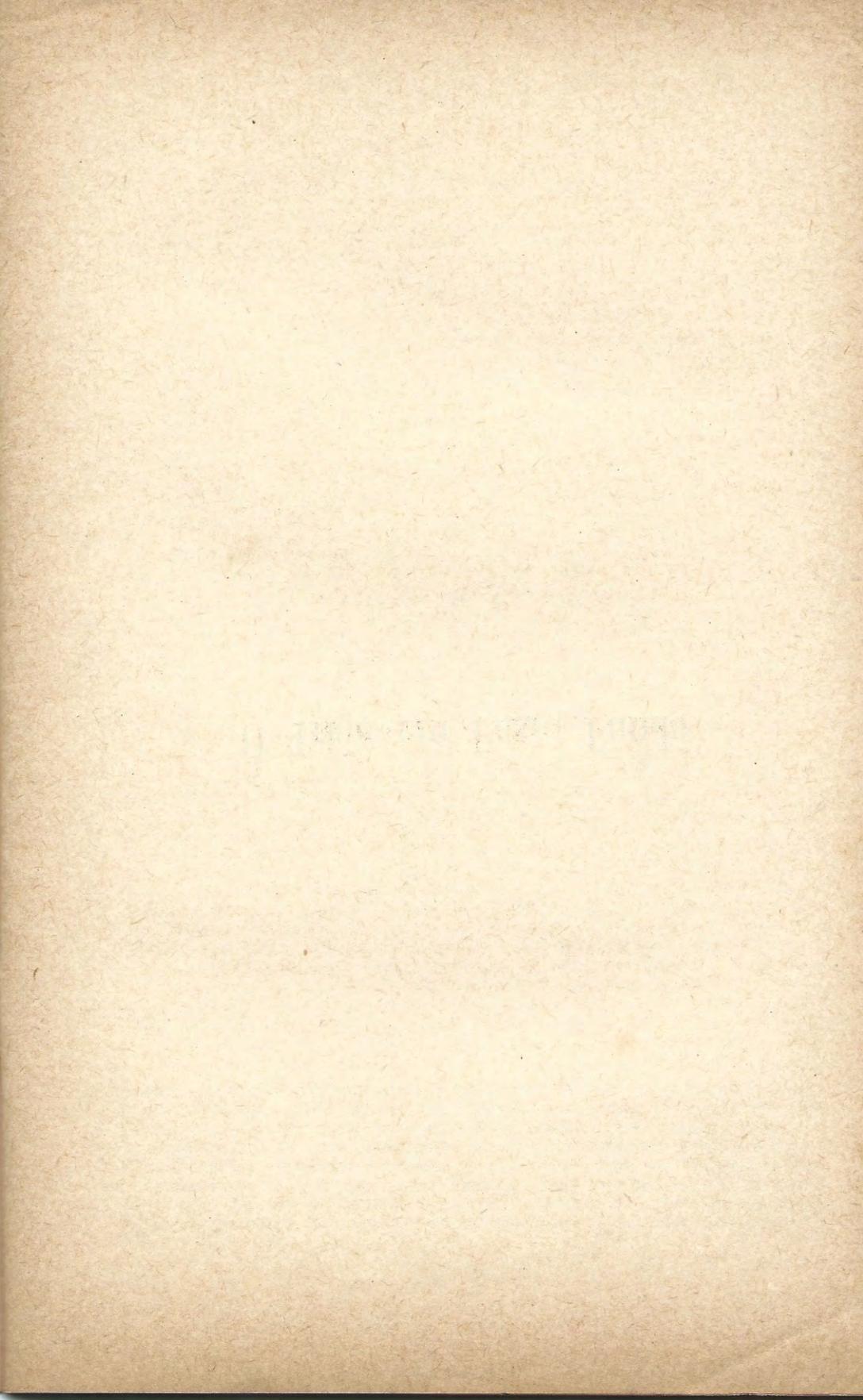
(4) Desta colonização era encarregado, aquí, o capitão João Issler.

(5) Hoje Nicolau Vergueiro.

Merecia, pois, ser tomada para tema da primeira destas **Apostilas Históricas** a data que evocam elas, cujo significado era tão alto na carreira ascensional que Passo Fundo descrevera depois da rememorada iniciativa, em que Tomás Canfild plantara neste solo feraz o primeiro marco da grandiosa obra que a colonização teria de realizar nele.

Resta, agora, que o comércio e indústrias do meio, directamente associados, como o foram, em tal obra, promovam para a passagem do cincoentenário dela, que se aproxima, a comemoração ampla que lhe é devida.

# O Trigo em Passo Fundo



## I

A mais antiga referência que sobre a cultura do cereal do pão neste município fornece o arquivo da extinta Câmara Municipal, data de 1858, ano em que, na primeira estatística agrícola organizada pela mesma edilidade, figura com uma plantação de 1.600 litros. Como, entretanto, a existência do Município apenas datasse do ano anterior, e portanto o seu arquivo não pudesse ministrar dados anteriores, só existentes, talvez, na Câmara de Cruz Alta a cujo município o território pertencera então, bem pode acontecer que de mais longe viesse a cultura, ainda que em menor escala.

E' de notar que a colheita resultante daquela plantação, segundo a mesma fonte informativa, só produziu 19.200 litros, rendimento diminuto, é certo, mas que, sem dúvida, teria a explicá-lo irregularidade qualquer, fosse do tempo ou fosse do próprio plantio, visto que posteriormente a cultura, na sua natural oscilação, veio a patentear muito melhores resultados.

Historiando a evolução do assunto nos anos subsequentes, a essa nota inicial acrescentava eu, em 1917 (1), o seguinte:

“Seis anos depois, um lavrador do 1.º distrito (2) colhia mais de 100 alqueires dessa planta, fazendo jús ao prêmio de 2:000\$000 que a Assembleia Legislativa instituiu para estimular a cultura.

Em 1875, como consta do arquivo da extinta Câmara Municipal, já a sementeira ocupava no Município uma extensão de 653.400 metros quadrados, colocada em 4.º lugar no quadro das plantações do ano.

Portanto a lavoura tinha já progredido bastante, sinal evidente de que a sua adaptação fora feliz, porque se assim não acontecesse é claro que, ao contrário de progredir, como essa estatística o demonstra, teria sido abandonada pelos lavradores.

Adianta a Câmara, no mesmo relatório de onde tomamos a referência, que pouca terra era preparada a enxada, e o processo consistia em roçar, derripar e queimar as matas, e depois fazer a plantação; sendo que o arado não fora ainda introduzido no trabalho agrícola do Município.

Por ocasião da Exposição Brasileira-Alemã, de Porto Alegre, realizada em 1881, a Comissão encarregada da re-

- 
- (1) “Relatório da Propaganda Agrícola”, da qual, pela Intendência Municipal, aí exercida pelo tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira, foi encarregado o autor deste artigo.
- (2) João Kuss, que morava próximo a esta cidade, então vila, nas imediações do arroio Lambedor.

messa de produtos do Município estampava em seu relatório este expressivo trecho:

“Lembramos as palavras do naturalista dr. Reinaldo Hensel que disse quando aqui esteve, no ano de 1865, que os municípios de Passo Fundo e Vacaria (3) podiam fornecer de trigo, centeio e cevada a todo o Império”.

Não admira, pois, — prosseguia eu — que a cultura do precioso grão, embora lentamente, viesse percorrendo os anos até 1908, quando sobre ele vazei no meu folheto O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908, que acompanhou o mostruário do Município, a referência que passo a transcrever:

“Tambem esta planta dá-se vantajosamente em nossas terras, tendo já larga cultura.

Sua produção ordinária, pelos métodos rotineiros, varia de 40 a 60 alqueires por um de planta”.

“Parece que estas referências e a marcha auspiciosa da cultura nos ultimos anos, são assaz suficientes para demonstrar que ela já não permite a menor dúvida, antes impõe-se como empreendimento de êxito seguro, constituindo uma das mais sólidas esperanças de nossa terra.

Na previsão, porém, de que se possa perguntar por que razão a planta sendo, assim, tão vantajosa não progrediu amplamente no passado, antecipo-me a esclarecer essa objecção com subsídios da própria história local” (4).

## II

Em seu relatório de 1881, oferecido à Assembleia Legislativa da Província, diz a extinta Câmara Municipal:

“Não se tem desenvolvido convenientemente a indústria agricola em Passo Fundo. Este estado embryonario é devido principalmente á situação geographica desta circumscrição territorial, longe dos mercados consumidores, longe do litoral, não podendo os productos do solo, já pelas difficuldades do transporte, já pela careza dos fretes, — supportar a concorrência dos productos similares de logares mais proximos e servidos por melhores estradas.

Não ha esperança da agricultura corresponder á riqueza productiva, sem o melhoramento das vias de comunicação, abrindo-se boas estradas de rodagem, estabelecendo-se pontes nos arroios, e, sobretudo, depois disso, colonisar-se a região uberrima do valle do Uruguay em sua margem esquerda acima da freguezia de Nossa Senhora da Luz de Nonohay, e margem direita do rio Passo Fundo, tributario d'aquelle”.

- (3) Do município de Passo Fundo faziam parte, a esse tempo, os territórios posteriormente desmembrados para formação dos municípios de Soledade (1874), Nonoai (1890), Guaporé (1903), Boa Vista do Erechim, depois José Bonifácio e hoje Erechim (1918), Carazinho (1931), Getúlio Vargas (1934) e Sarandi (1939), bem como o triângulo entre os dois Jacuis e o Arroio Grande, que, em 1891 voltou a pertencer a Cruz Alta. A antiga área de Soledade se divide, hoje, entre o respectivo município e os de Encantado, Arroio do Meio, Lajeado e Sobradinho; e a de Vacaria, entre o município dela e os de Bom Jesus, Antonio Prado, Veranópolis, Nova Prata e Lagoa Vermelha.
- (4) Citado “Relatorio da Propaganda Agricola”, do autor.

Já em relatório anterior, a mesma Câmara, numa previsão brilhante do futuro de sua terra, abordara o assunto pela forma seguinte:

“A canna de assucar, a mandioca, o fumo, o arroz, o TRIGO, são especies que hão de figurar na exportação como fontes abundantes da riqueza publica, logo que o melhoramento das vias de comunicação coincida com a densidade dos habitantes, e o trabalho abandone a rotina, auxiliando-se dos instrumentos aperfeiçoados da arte moderna, testemunhos do progresso.

A idéia de colonisar o alto Uruguay, traduzida em facto, mudará a face das cousas.

As mãos calosas do colono inteligente, revolvendo a face da terra banhada pelas aguas do magestoso rio, desvendarão thesouros que já não são mysterios para ninguem”.

Isto dizia a Câmara em 1874, aludindo a distante futuro que podemos reconhecer na época de hoje pelo silvo constante da locomotiva, que fende o nosso território em toda a extensão correndo sobre 280 kilometros de linha e servindo a 16 estações (5), por onde escoa a nossa exportação espantosamente desenvolvida nos últimos anos; pela vasta colonização não só do Uruguai como dos demais distritos; pela densidade da população que sobe a perto de 100.000 almas, e finalmente pela transformação do trabalho agrícola e industrial, que dia a dia se aperfeiçoa e avoluma, relegando ao passado os velhos processos de acção.

“E si esse futuro se mostra em plena evidência, confirmando as previsões dos nossos veneraveis antepassados que constituíam a Câmara patriótica de 1874, cabe-nos o dever de aproveitá-lo na máxima extensão possível, fazendo com que a nossa lavoura, principalmente no ramo precioso do trigo, possa concorrer em larga escala para que o paiz se liberte da importação desse genero, cujas entradas anuaes orçam por milhares e milhares de contos de reis” (6).

\* \* \*

Logo após à colheita do ano em que fora feita a propaganda agrícola em cujo relatório figuravam os dados que acabo de reproduzir, tratei de indagar, nos varios distritos visitados, qual teria sido a proporção obtida pelos lavradores.

Não conservo as informações a respeito conseguidas, mas em memória guardo que, no tocante à quantidade, a melhor colheita se verificara em uma lavoura de campo, resultado que vinha contrariar, portanto, a versão ainda hoje existente de só produzir bem o trigo em terras de mato (7).

\* \* \*

De então ao presente, a cultura se desenvolveu no Município com

- 
- (5) Que eram Marcelino Ramos, Canavial, Viadutos, Barro (hoje Gaurama), Bailisa, Palot Grande (hoje Erechim), Capoeirê, Erebangó, Erechim (hoje Getúlio Vargas), Sertão, Coxilha, Passo Fundo, Pulador, Carázinho, São Bento e Pinheiro Marcado.
  - (6) Citado Relatório.
  - (7) Versão talvez proveniente de experiências feitas em terras impróprias, mal preparadas ou que, por não terem sido ainda cultivadas, não serviam para o trigo.

a extensão que está no conhecimento de todos, muito embora, até 1937, encastelada ainda nos velhos métodos, situação que aliás não podia ser outra, dada a falta, que havia, de um serviço governamental que a auxiliasse ao menos com um entreposto de sementes e os mais necessários conselhos, para que, assim assistida, pudesse melhorar pela observância de mais adequadas normas.

O grande benefício aludido, porém, se tornando realidade no dito ano de 1937, de logo atuou sobre os varios municípios desta zona, que assim puderam, além de sementes escolhidas e imunizadas, receber ensinamentos e sugestões para a cultura (8). Por outro lado e como impulso de ainda maior significação, era também dotado o Município da grande Estação Experimental de Engenheiro Englert, criada pelo Governo da União, já agora em plena actividade e cujo papel terá de ser extraordinário tanto no aperfeiçoamento como na expansão da cultura.

\* \* \*

Tais são as notas que, por ter recebido já à ultima hora o convite para concorrer com um artigo para o "Dia do Trigo", posso dar sobre os antecedentes da seara loura em Passo Fundo.

Por isso e encerrando-as, só me resta saudar a data escolhida para o culto patriótico da mesma, associando-me, portanto, ao sentir dos que, para grandeza e glória do Brasil, interesse nutrem por lavcura tão bela, oportuna e necessária como essa.

---

(8) Tal serviço estava localizado nesta cidade, sendo seu director o dr. Alvaro José Martins. Além da classificação e distribuição de sementes, prestava assistência técnica ao nosso município e aos de Erechim, Getúlio Vargas, Sarandí, Iraí, Palmeira e Soledade. Até então a sua distribuição de sementes de trigo, tinha atendido aos municípios de Passo Fundo, Erechim, Getúlio Vargas, Nova Prata, Veranópolis, Santo Antonio da Patrulha, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Arrolo do Meio, Encantado, São Jerónimo, Guaíba, Camaquã, Encruzilhada, Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Santiago do Boqueirão, Santa Rosa, Ijuí, Iraí, Palmeira, Cruz Alta, Sarandí e Soledade. Além disso, distribuiu sementes de linho a António Prado e outros municípios.



